

Diálogo Inter-religioso: panorama e pistas na produção da REB (2003-2017)

Isaías Gomes da Silva¹

Resumo: Desde o Concílio Vaticano II a questão do Diálogo Inter-religioso tem despontado como uma temática necessária nas discussões teológicas e nos trabalhos da Igreja, com a tarefa de apontar pistas para o diálogo com as outras tradições religiosas. Com isso a pesquisa no campo da teologia das religiões etc. ganha um novo vigor. Nossa pesquisa insere-se nesse horizonte das produções bibliográficas sobre o diálogo inter-religioso, tendo como base a produção da Revista Eclesiástica Brasileira – REB, entre 2003 e 2017.

Palavras-chave: Diálogo Inter-religioso. Salvação. Missão. Identidade. Pobres.

INTRODUÇÃO

Este presente artigo é resultado de uma pesquisa, inserida no Programa de iniciação científica da FAJE, que teve como título “Formas e conteúdos do diálogo inter-religioso” na área da Teologia sistemática. Seguimos o método da pesquisa bibliográfica, com a tarefa de elaborar um estado da questão acerca do Diálogo inter-religioso - DIR na produção científica do periódico *Revista Eclesiástica Brasileira* – REB entre os anos 2003 e 2017. Procuramos levantar e sistematizar nos textos publicados no referido período, o tema do DIR e por onde tem seguido sua reflexão nos últimos anos, na perspectiva da REB. Que se entende como uma revista de reflexão teologia e pastoral, caracteristicamente eclesial e inter-religiosa, com a missão de colaborar na atualização da missão da Igreja no Brasil. Sendo também um veículo de reconhecimento nacional e internacional.

O foco da revista tem um lugar, que é na América Latina, no Brasil, fiel a isto sua produção insere-se no campo de reflexão teológica tendo em conta esses contextos, que tem a tradição da Teologia da Libertação, e das outras teologias chamadas contextuais como ponto de partida metodológico. A nossa realidade latino-americana carrega em sua história e formação cultural, política e religiosa os efeitos da colonização europeia e escravização dos povos originários e africanos. Desse modo, somos uma sociedade miscigenada, pluricultural e plurirreligiosa. A proposta do diálogo nesse contexto é oportunamente necessária. No DIR evidentemente deve-se considerar respeitosamente esta realidade e isso pressupõe um não esquecimento do passado, em prol de uma reconciliação verdadeira do nosso povo com sua história, que envolve esse passado, mas sobretudo, o tempo presente e o futuro.

1 Isaías Gomes da Silva é jesuíta, fez sua iniciação científica entre 2020 e 2021, enquanto cursava a graduação em teologia. Foi orientando do prof. Dr. César Andrade Alves. A pesquisa vinculou-se ao projeto de pesquisa do seu orientador, intitulado “Formas e conteúdos do diálogo inter-religioso”. Isaías é licenciado em Filosofia pela FAJE, bacharel em Teologia pela FAJE, especialista em Juventude no Mundo Contemporâneo pela FAJE. Cursa especialização em Teologia e cosmologia afro-brasileira (Instituto Cultural Aruanda (ICA/SP).

No levantamento bibliográfico que fizemos, vimos que os textos, além de conduzir predominantemente a questão do DIR para nossa realidade eclesial e social, trata de outras implicações à teologia católica no mundo, ampliando metodológica e cientificamente o olhar e reflexão do leitor. Nesse sentido, é válido colocar que essa produção acontece em um momento histórico que compreende o acontecido do 11 de setembro (2001), a eleição do Papa Bento XVI (2003), a realização da Conferência de Aparecida (2007), e a eleição do Papa Francisco (2013). Eventos mundiais que muito influenciaram o campo dos estudos sobre o DIR na Igreja. Entre avanços e retrocessos, a teologia cristã tem caminhado ativa e produtiva nesta área.

Na exortação *Evangelii Gaudium* o Papa Francisco confia e confirma aos teólogos a missão de atualizar sempre mais a reflexão teológica da Igreja (EG, n. 40), nessa direção entendemos e aqui propomos a reflexão de diversos teólogos e teólogas que ajudam a Igreja no crescimento e amadurecimento dos seus critérios de discernimento no campo do DIR (SUESS, 2014). Dentre diversos temas e abordagens levantadas, optamos pelos aspectos transversais dos artigos, colocando os autores para conversar sobre os temas mais relevantes na fundamentação e prática do DIR. Começamos com a temática da salvação e revelação, aprofundando em seguida com a questão sobre a relação diálogo e missão na Igreja. Noutro passo trazemos o tema da identidade e alteridade e suas implicações, por último fazemos recorte de um lugar como paradigma do DIR, os pobres. Concluindo com as considerações finais, retomando os desafios e perspectivas para o diálogo no mundo atual.

1 UNIVERSALIDADE DA SALVAÇÃO

Quem pode ser salvo? Quem se salva? Quais critérios são necessários para a salvação? Estas perguntas fervilham a mentalidade eclesial desde os primeiros tempos do cristianismo, e não é uma pergunta exclusivamente cristã. Poderíamos fazer um longo e minucioso percurso sobre esse tema, desde a primeira aliança até os últimos tratados. Não temos espaço, nem é esse o nosso foco aqui. Basta trazermos o que é, dentre muitas definições sobre salvação, sua condição de possibilidade, que é a verdade de que Deus se auto comunica, ou seja, revela-se ao mundo, em direção a nós, humanos. Portanto, a salvação pressupõe revelação, e é neste ato auto revelador que Deus salva. “Revelação é revelação salvífica”, afirma Rahner (In: FEINER, 1971, p. 9), e nisto consiste o conteúdo da teologia.

Ribas coloca que a salvação tem a ver com o fim último do ser humano no mundo, ou seja, o seu destino escatológico, e esta preocupação é a questão central das religiões e do Diálogo Inter-religioso, portanto o problema é soteriológico (2006, p. 457). O autor coloca ainda que a compreensão de salvação como fim, pode ser problemática, pois as tradições darão respostas distintas sobre a questão, mas, é justamente esta diversidade que pode enriquecer o debate sobre o ser humano e a sua vocação transcendental, em termos de diálogo (Ibid. p. 458). Isso faz sentido quando se reconhece que há uma revelação geral presente na criação e atestada na história.

A reflexão acerca da universalidade da salvação, tem a ver com a preocupação em favor da salvaguarda do papel universal da Igreja, da sua centralidade. Segundo analisa Teixeira (2005, p. 820), a ideia da universalidade da graça e a do cristianismo implícito, leva a pensar sobre qual papel da Igreja em relação a salvação. É nesta dialética que entra também no mote a antiga fórmula: *Extra Ecclesiam nulla salus* (fora da Igreja não há salvação). Uma compreensão que reforça o Cristo como único mediador e salvador da humanidade, que fundou a Igreja como herdeira da missão de salvação universal. Mesmo com a abertura da Igreja no reconhecimento do patrimônio religioso das outras religiões, desde o Concílio Vaticano II, a postura continua sendo que estas tradições experimentam uma incompletude, e a Igreja representa esta plenitude a ser buscada (TEIXEIRA, 2005, p. 820).

No entanto, a Igreja reconhece que o desígnio da salvação se estende aos outros não cristãos que reconhecem a Deus, e aos que o procuram com sinceridade (LG, n. 16). A vocação última de todo ser humano é uma só, divina. A graça opera em seu coração, de uma maneira que só Deus mesmo conhece (GS, n. 22). Portanto, a graça da salvação é universal e a Igreja é sinal e sacramento dessa salvação (LG, n. 1). Por conseguinte, a missão da Igreja é promover e explicitar a salvação de Deus que já atua no mundo. A prática do DIR é uma expressão eclesial do amor salvífico de Deus. Amor revelado em Jesus Cristo que pode alcançar a todos. O DIR mais que se dedicar ao problema soteriológico, fundamenta-se em Jesus Cristo (WOLFF, 2008, p. 551).

Como vimos, o CV II² reconhece as muitas religiões e seus valores, e uma só história da Salvação. Wolff (2013, p. 902) diz que a história da humanidade se confunde com a história das religiões, e por isso fazem parte da história universal da salvação, são as “sementes do verbo” cultivadas pelas diversas tradições. Esse pressuposto universal traz em si a capacidade de acolher toda pluralidade humana, e torna possível uma conciliação entre a verdade da salvação universal em Jesus Cristo e a pluralidade religiosa das religiões (SOARES, 2007, p. 599).

Considerando o exposto, ainda vale colocarmos a pergunta de Soares (Ibid, p. 597): A salvação é sinônimo de completa adesão à Igreja? Pode-se afirmar que a graça (salvação) atua para além da Igreja e do Cristianismo (WOLFF, 2013, p. 891), e nessa missão do DIR como elemento da mediação e função salvífica da Igreja, Deus aparece bem maior e mais vivo (SOARES, 2007, p. 595). Assumimos definitivamente a verdade da salvação dada e revelada à todas as pessoas. E a Igreja, através do diálogo é instrumento dessa missão salvífica de reconhecimento da graça atuante na história passada e atual do ser humano.

2 RELAÇÃO DIÁLOGO E MISSÃO

“O diálogo insere-se na missão salvífica da Igreja e é por isto que é um diálogo de salvação” (DA, n. 39), com essa afirmação, o Papa João Paulo II dá o fundamento do DIR. Aqui poderemos explicitar mais profundamente o papel da Igreja no plano da salvação, trazendo as articulações que analisam e apontam nossos autores, entre diálogo e missão, ou diálogo e

2 A sigla CV II é uma abreviação de Concílio Vaticano II.

anúncio, evangelização, como sugerem os títulos dos documentos eclesiais que tratam dessa temática. Parafraseando as conclusões do CV II, Schillebeeckx afirma: a Igreja é o sacramento do diálogo (Apud, SANTOS, 2017, p. 850).

A questão do diálogo e do anúncio tem sua relevância, pois é uma reflexão oriunda da ideia de universalidade da salvação, da função e lugar da Igreja nesta perspectiva, e das formas e conteúdos da evangelização de antes e de hoje. Uma preocupação central do CV II no contexto da modernidade e na releitura de uma teologia e eclesiologia atenta aos sinais dos tempos.

O diálogo inter-religioso faz parte da missão evangelizadora da Igreja. Essa afirmação foi feita por Paulo VI na *Evangelii Nuntiandi* (49) e por João Paulo II na *Redemptoris Missio* (55), (SANTOS, 2017, p. 849). Os documentos, *Nostra Aetate*, *A Igreja e as outras Religiões: Diálogo e Missão* e o *Diálogo e Anúncio* tematizam a questão, apontando caminhos e pistas para a relação da Igreja com as outras religiões não cristãs. Estes documentos representam a resposta da Igreja ao forte apelo do Espírito quanto ao diálogo com as outras tradições religiosas, cada vez mais tão pertinente nos novos tempos. E indicam perspectivas e possibilidades para a pesquisa teológica no campo do DIR, ou seja, abrem portas para um ir além na busca de uma melhor percepção e explicitação da atuação de Deus na realidade. Toda essa produção tem contribuído para uma compreensão mais ampla e arejada da missão da Igreja, mais especificamente em sua relação com as outras tradições.

Antes de qualquer coisa, é importante destacar que é da essência do cristianismo o diálogo. “Schillebeeckx recorda que o motivo primordial do diálogo parte de uma figura religiosa, histórica, universal e única, chamada Jesus de Nazaré” (RIBAS, 2006, p. 459). Ele de fato é modelo de diálogo, especialmente como parte da Trindade, e por isso ator e autor do mistério da encarnação divina de Deus que quis pôr-se em saída e vir a nós, “inculturar-se”, fazer-se um de nós, humanos.

A missão acontece numa articulação entre diálogo e anúncio, elementos constitutivos da evangelização (WOLFF, 2008, p. 564). Aqui podemos ver os três conceitos articulados, mas postos em distinção. O mesmo autor afirma que “o diálogo não é apenas meio para a missão, mas conteúdo dela” (WOLFF, 2013, p. 897). Esses pressupostos são importantes para que seja superada qualquer tentativa de hierarquização ou nivelamento entre formas e maneiras de anúncio e evangelização. Definitivamente quando se pensa o diálogo como missão, no contexto histórico eclesial, é preciso reinterpretar ideias para que a missão seja realmente efetiva e justa com os desígnios de Deus e com as pessoas envolvidas no DIR. Nesse sentido, a definição da Comissão Teológica da EATWOT (2011, p. 217), da missão como missão de Deus, portanto, missão de todos, e não de um grupo particular, nos põe em saída e em atitude respeitosa e reverente no encontro com as outras culturas e religiões.

O documento *Diálogo e Anúncio* (42) retoma as pistas para o DIR que já apresenta o documento anterior *Diálogo e Missão* (28-35), são citadas quatro formas: Diálogo de vida, Diálogo das obras, Diálogo dos intercâmbios teológicos, Diálogo da experiência religiosa.

Considerando isso, é pertinente apresentar algumas reflexões sobre a missão, anúncio, e/ou evangelização, colocadas por alguns dos autores lidos, concepções que surgem da experiência do diálogo com outras tradições. Abordaremos três perspectivas, não radicalmente distintas, mas especialmente singulares em suas propostas. São elas, a inculturação na experiência do CIMI³, a missão das comunidades de Charles de Foucauld e a Amizade Fraterna/solidária embasada no testemunho bíblico de Rute e Noemi.

Simões (2015), discorre sobre a proposta do CIMI, que entende a inculturação como uma perspectiva da missão. E o foco central dessa missão é a libertação integral dos povos indígenas. A prioridade do CIMI é ser “presença solidária, pretendendo ser aliado dos povos na defesa de seus direitos, rompendo com toda a ideia de missão que antes a Igreja conhecia” (Ibid. p. 74). Esse rompimento tem a ver com a antiga e clássica ideia de evangelização do período da colonização, que até os dias atuais motiva a atuação de diversos missionários junto aos indígenas. Apesar de a autora adjetivar a missão como nova, a mesma afirma também que a teologia missionária que o CIMI propõe está baseada e fundamenta-se na inculturação de Deus entre os homens, na pessoa de Jesus Cristo, que vem para promover a sua libertação (Ibid. p. 74).

Desse lugar, que é a encarnação, ou seja, a revelação de Deus, o CIMI defende que “a inserção do missionário em uma aldeia deve levar em conta a mensagem do Evangelho e não sua revelação⁴, para que essa possa se fazer a partir do ethos religioso do próprio grupo” (Ibid. p. 75). Suess, assessor teológico do CIMI afirma que “A inculturação é uma proposta de descolonização da missão e de fortalecimento das culturas pelo Evangelho” (2015, p. 452). Em suma, a proposta do CIMI é em uma só ação promover diálogo e missão, entendendo que estas duas dimensões não podem ser compreendidas separadamente. Com a tarefa de superar as categorias evangelizador/evangelizado desde uma pedagogia dialógica, o CIMI nos oferece ótimas ferramentas para entender e promover o DIR em nossa práxis teológica (SIMÕES, 2015, p. 77).

Sobre o projeto do Reino na perspectiva das Fraternidades de Foucauld. Dessa forma, Nascimento e Albuquerque (2005, p. 326), sinteticamente tematizam a experiência das irmãzinhas e irmãozinhos de Foucauld. Nos isentando de relatar detalhadamente a história do movimento de Foucauld, nos detemos prioritariamente à sua postura na missão. As comunidades estimulam-se na experiência e escritos de seu inspirador. Que não criou nenhum grupo, tampouco promoveu um movimento de DIR. Apenas viveu sua intuição mística no serviço aos mais pobres, de modo particular ao povo islâmico. Sua atuação junto aos muçulmanos é o que motiva os seus seguidores posteriormente. As Irmãzinhas do Sagrado Coração, inspiradas por Charles de Foucauld, surgem para se dedicarem às populações mulçumanas. Foram as primeiras comunidades que nasceram do seu legado (Ibid. p. 328). No mesmo trilha seguiram as outras fraternidades, femininas e masculinas.

3 Conselho Indigenista Missionário.

4 Revelação, no sentido de anúncio explícito.

Inicialmente Foucauld, via-se como “um irmão universal” de todos, em seus escritos ele fala sobre como ser um apóstolo cristão naquela realidade, e nos dá pistas para a missão do DIR hoje.

Com alguns, sem lhes dizer nunca uma palavra sobre Deus ou sobre religião, sendo bom como Deus é bom, sendo irmão no afeto e nas preces. Com outros, falar de Deus na medida em que podem assimilar. Sobretudo, ver em cada homem um irmão (...). Ver em cada homem um filho de Deus, um homem resgatado pelo sangue de Jesus (...). Afastar de nós o espírito conquistador (...). Como é grande a distância entre a maneira de fazer e de falar de Jesus e o espírito conquistador daqueles que não são cristãos ou são maus cristãos e só vêem inimigos a serem combatidos (FOULCAULD Apud NASCIMENTO; ALBUQUERQUE, 2005, p. 327).

Portando, a partir de Charles de Foucauld que viveu uma missão em silêncio, no sentido do anúncio explícito, as comunidades missionárias procuraram ir ao outro diferente com espírito aberto ao que Deus poderia falar nesta relação, e aí encontraram o sentido de sua missão, ser presença, e silenciosamente no afeto e no amor. Essa missão junto aos islâmicos ampliou-se para outros povos, sempre aos mais sofridos. Os autores citam os exemplos dos Irmãozinhos de Jesus junto a tribo dos Uldemês em Camarões e das Irmãzinhas de Jesus no Brasil com os indígenas Tapirapé. Estas chegaram a aldeia com a tarefa de promoção humana, a tribo estava a caminho da extinção. Essa vida missionária das Irmãzinhas inspiram e motivam a criação do CIMI em 1972 (Ibid. p. 329/30).

Irmã Madalena quando enviava suas irmãs à missão *animava-as e instruí-as* sobre esse encontro com o diferente: “Gostaria que vocês acreditassem que pode existir uma amizade verdadeira, um afeto profundo entre as pessoas que não são da mesma religião, nem da mesma raça, nem do mesmo ambiente” (Apud NASCIMENTO; ALBUQUERQUE, 2005, p. 329). Com isso passamos à terceira perspectiva para uma diferente concepção do diálogo e anúncio, a amizade fraterna.

A amizade fraterna e solidária ilustrada pelo testemunho bíblico de Rute e Noemi. Com esta tese, Valério (2014) propõe uma rica e minuciosa análise do livro de Rute, apontando elementos para uma superação das limitações e muros entre culturas e religiões. O texto bíblico traz questões inerentes a toda realidade humana e mostra valores importantíssimos para uma busca mais profunda daquilo que é essencial e mais efetivo na atividade do diálogo entre as tradições. “O livro de Rute apresenta, portanto, o amor, a amizade fraterna, a solidariedade, a ternura como formas de superação dos confins impostos pelas culturas e pelas religiões” (VALÉRIO, 2014, p. 363).

O pano de fundo para toda trama de Rute e Naomi, é a situação de carência e pobreza. O autor afirma que nestes momentos, as diferenças culturais e religiosas não se sobrepõem a urgência de sobrevivência, e disso emerge a solidariedade e a amizade, elementos que

transpassam o ser humano e que não tem confissão religiosa. Valério (Ibid. p. 363) nos remete à passagem de Mateus 25, 31ss que diz: Eu tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber, era forasteiro..., estive nu..., doente..., preso..., e me socorrestes. Posto isto, o que será levando em conta no momento do destino final do ser humano não será seu credo ou cultura, mas a solidariedade e a compaixão.

Rute decide deixar seu povo e segue Noemi na volta à sua terra, ambas destroçadas pela morte de seus maridos e filhos, pela fome e carência. Nessa situação chegam a um momento de decisão, quando a sogra libera as suas noras moabitas dos laços familiares e decide partir, Orfa fica com seu povo, e Rute surpreendentemente resolve por acompanhar Noemi, conforme o autor salienta, em um dos momentos mais altos e belos do texto quando se reforça o afeto, a solidariedade e o amor (Ibid. p. 370): para onde fores, irei também, onde for tua morada, será também a minha; teu povo será meu povo e teu Deus será meu Deus (Rt 1, 16). Pode soar estranho o uso deste texto na reflexão do DIR, pois ao que parece, Rute decide deixar sua cultura, seu povo e seu Deus, para abraçar a cultura e religião de Noemi. Essa mudança de identidade religiosa de Rute, segundo Valério (p. 391), não tem a ver a princípio, com a cultura israelita, com sua superioridade sob as demais, nem com o Deus de Israel. Mas sim, com a amizade fraterna e a solidariedade entre as duas personagens.

Rute foi acolhida por um povo, pelo “Deus bondoso e misericordioso, que não se encontra necessariamente nem na cultura, nem na religião, mas somente no amor” (Ibid, p. 391). O Livro de Rute aponta um novo caminho para o povo de Deus, uma perspectiva diferente, que não é pela raça, nem pela observância religiosa, mas, pelo compromisso e solidariedade para com as pessoas (Ibid. p. 391). Diante da história da humanidade vemos inúmeros conflitos relacionados às diferenças culturais e religiosas, em nossos tempos não é diferente, a ampliação da diversidade religiosa, assim como dos conflitos em relação a ela, tendo como uma das faces o fundamentalismo, nos mostra o quão pode ser atual o testemunho de Rute e Noemi.

O amor, a amizade e a solidariedade deverão ser os primeiros critérios de superação de conflitos e exclusivismos, a caminho de um diálogo sempre mais profundo e respeitoso, que poderá se dar na partilha de uma ação social comum a favor da paz e da dignidade humana, quanto no compartilhamento espiritual de suas riquezas religiosas (DA, n. 42).

3 IDENTIDADE E ALTERIDADE

“Tudo se acha em relação. Fora da relação nada existe”, assegura Leonardo Boff (Apud JÚNIOR, 2003, p. 519). Com esta premissa, podemos dar uma rápida definição de identidade e de alteridade. Tudo está interligado, relacionado e assim se fazem as coisas na realidade. Quando algo se desajusta, não o faz isoladamente, tudo se implica. Essa constatação é indispensável para compreendermos a identidade e alteridade no campo do DIR. Identidade tem a ver com aquilo que é, e tem um sentido essencial e imutável, essa definição aos moldes aristotélicos, é a mais comum, e a que porventura, torna-se um desafio para reflexão e atuação do DIR. Alteridade, basicamente diz respeito ao outro, ao diverso, para nossa

temática, um reconhecimento do outro, uma saída em direção ao diferente, entendendo-se interpessoalmente.

Discorremos sobre a conceituação das duas palavras separadamente, mas antes com o pressuposto de que tudo existe dentro de uma relação, portanto, identidade e alteridade se pressupõem. São condição de possibilidade uma para a outra, também para o DIR. mas não só por isso lhe é um elemento caro, mas também pelos desafios que a compreensão de identidade e a não alteridade apresentam ao diálogo. Dificuldades que crescem envolvidas por uma ideia de que o DIR acarreta em si um risco à identidade. Os defensores desse pensamento acreditam que para a realização do diálogo há de silenciar a própria identidade particular, em prol de algo mais universal (JÚNIOR, 2003, p. 523). Que nem tudo ou todos estão aptos ao diálogo, pois precisariam de uma identidade muito bem formada e alicerçada pessoalmente para não sofrer influências e desvios no encontro.

Ao analisar o Documento de Aparecida, Wolff (2008, p. 548) aponta duas fases atuais na postura da Igreja acerca do DIR, numa dessas fases mostra a fragilidade da convicção, e nela duas tendências, uma que afirma uma identidade fechada, outra que defende uma identidade relacional. O autor observa também que para a abertura que o Concílio propunha, não houve ainda uma efetiva recepção. Desse modo, toda resposta a uma possível ameaça será dada a partir do que se tem, geralmente uma teologia pré-conciliar, assim, a “afirmação da identidade eclesial católica torna-se fixa, se dá em si e por si mesma, não é relacional, [...] o medo da perda de identidade e de fiéis leva a compreender o diálogo como um risco para a integridade da fé” (Ibid. p. 535).

Essa postura resistente ao DIR, em algumas situações pode representar problemas nas próprias identidades, acarretando conflitos de pequena e larga escala, baseados no fundamentalismo e na violência. Suess (2015) ao apresentar horizontes, reforça a ideia de fortalecimento da identidade de cada cultura, e junto a isso aprofunda-se a capacidade de cooperação mútua. Nessa direção, continua, “a guerra das culturas não é resultado de um excesso de identidade; pelo contrário, é expressão de identidades mutiladas ou destruídas” (Ibid. p. 460). A identidade traz, portanto, essa dupla referência como potencialidade e destrutividade. Desde esta manifestação, Santos (2017, p. 841) aborda a problemática da identidade frágil na dimensão do fundamentalismo religioso, coloca que “a repressão do espiritual e do sexual colaboram com a criação de uma identidade frágil”. O elemento religioso aparece como catalisador dessa fragilidade que se assegura na ideia de separação, ou seja, o sujeito coloca-se em vigília contra qualquer ameaça a sua individualidade e identidade (Ibid. p. 841).

Santos (2017) aprofunda brilhantemente sobre a condição psíquica do indivíduo fundamentalista, aqui fizemos um sobrevoos sobre a raiz da questão. Seguimos, trazendo uma proposta de superação que o mesmo autor aponta, tem a ver com a alteridade entendida na perspectiva da fenomenologia de Husserl, que defende uma *epoché*, um isolamento da consciência para melhor conhecer o fenômeno. Santos, traduz essa ideia como uma “redução que se deve fazer para lidar com o outro” (Ibid. p. 846). Ele pondera que esse tipo de redução

é naturalmente impossível, mas defende baseado nisto, uma postura silenciosa e aberta em direção ao outro, acreditando que assim é possível ao ser humano melhor viver na relação com o diferente (Ibid. p. 847).

Esse ir além de si, para compreender o outro é central para o DIR e para superação do fundamentalismo, que, vale ressaltar, não tem o rosto específico de uma religião, é um risco real para todo seguimento religioso. Santos afirma, “indivíduos psicopatológicos, que tomam a religião somente pela ótica dogmática, tendem a não colocar entre parênteses seus pressupostos” (Ibid. p. 847). Para não cair em fundamentalismo, é preciso um “esvaziamento psicológico e espiritual de seus conceitos tidos como verdades absolutas” (Ibid. p. 847).

Uma outra expressão da identidade é a sua potencialidade como ponto de partida para o diálogo, é conforme diz Aquino Júnior (2003, p. 523), a condição de possibilidade para o diálogo, é aquilo que caracteriza o ser do sujeito e o diferencia dos outros, é ainda aquilo que evita a liquefação do dialogante na alteridade. “É preciso tomar a sério o fato de que é impossível haver diálogo entre as religiões, se estas renunciarem ao que lhes é mais próprio e característico [...] o diálogo, em si, supõe identidades diversas” (Ibid. p. 524). Identidades que se abrem ao outro e no encontro deixam-se transformar por ele. Falamos de “uma identidade que não descansa em si mesma” (TEIXEIRA, 2005, p. 828).

A identidade acontece no diálogo, a alteridade como já afirmamos, é premissa para sua existência. No diálogo afirma-se a identidade de cada religião e reconhece-se a alteridade das demais religiões (JÚNIOR, 2003, p. 552). Estamos diante de um dos maiores e mais apaixonantes desafios do DIR: O encontro com a alteridade produz uma “alteração” em nossa identidade, o que significa dizer que o diálogo supõe não só manter a identidade aberta, mas aceitar que a alteridade faça parte da própria identidade (JÚNIOR, 2005, p. 134). Ribas (2006, p. 456) defende a reconstrução da identidade católica no exercício do diálogo, de modo sincero, verdadeiro e humilde. O DIR é uma possibilidade de pôr em prática “aquilo que Deus mesmo é na sua alteridade: ser-com-o-outro (koinonia) e ser-para-o-outro (diakonia) ”.

Por fim, o diagnóstico que a Comissão teológica da EATWOT⁵ (2011, p. 213) faz do nosso atual contexto, aonde se percebe uma crescente pluralidade religiosa e um maior acesso ao conhecimento em diversos níveis, nos faz chegar ao dado de que, hoje nossa identidade é configurada, além da tradição que herdamos, por essa nova realidade, que é plural. Desde uma perspectiva pluralista, a comissão afirma que o novo ser humano só pode ser religioso, sendo pluralista. Nossa experiência religiosa só pode exprimir-se no âmbito de nossos modos de pensar (Ibid. p. 214).

4 OS POBRES COMO PARADIGMA DO DIÁLOGO

Diante do desafio do pluralismo, da missão e articulação desses dois aspectos, Suess (2015, p. 460) sugere uma hermenêutica evangélica da alteridade especialmente atenta aos

5 Ecumenical Association of Third World Theologians (EATWOT).

sujeitos da fé. Quem são estes sujeitos? São os pequeninos do Reino, os pobres. Por que os pobres? Porque é onde Deus quis revelar-se, e o faz salvando e fazendo justiça aos pobres e vítimas da opressão, é o como Deus dá-se a conhecer, desde os pobres (JÚNIOR, 2003, p. 545). Essa hermenêutica da alteridade deve levar em conta alguns critérios, o respeito aos mistérios e silêncios dos outros, e ver-se plural e profeticamente certa tendo como inspiração a palavra de Jesus ao anunciar sua missão em Lc 4,18: O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para anunciar a Boa-Nova aos pobres (SUESS, 2015, p. 460).

São os pobres, os sujeitos da mensagem de Jesus em seus discursos axiais, no Sermão da Montanha, “felizes os pobres” (Lc 6, 20-26), na Sinagoga de Nazaré (Lc 4, 14-28) e no julgamento final, “foi a mim que o fizestes” (Mt 25, 31-46). O Reino é revelado aos pequeninos, e escondido aos sábios e entendidos (Mt 11, 25). Os pobres são os primeiros privilegiados e destinatários da palavra de Jesus (SUESS, 2015, p. 460).

Uma das motivações para o DIR é a caridade sócio-política, uma prática evangélica que pode traduzir-se na promoção da justiça, paz, solidariedade, ecologia, etc. segundo Ribas (2006, p. 461), são paradigmas que dão luzes às ações conjuntas entre as religiões. Para além de entender o pobre como destinatário dessas ações sociais comuns, o pobre é uma categoria e condição da realização de qualquer diálogo na perspectiva da revelação cristã, pois é lugar desta e foco da missão de Jesus Cristo. Em desdobramentos da Teologia da Libertação, Vigil diz que o lugar privilegiado para o DIR é a opção pelos pobres, entendemos que o significado do pobre para a Teologia na América Latina, vai além de qualquer assistencialismo, marcando-o como categoria soteriológica. Com o surgimento de uma Teologia-latino-americana das religiões, passa-se a ver alguns dos rostos desses pobres, são eles os indígenas e afro-americanos e suas religiosidades (BARROS, 2010, p. 728).

Para não cair em qualquer romantização do lugar do pobre e dos excluídos, Aquino Júnior nos ajudar a perceber que a tarefa do DIR tem a ver com a missão de Jesus Cristo, de libertar: Trata-se de uma práxis salvífica que é, verdadeiramente, libertadora e libertadora das vítimas da opressão (2003, p. 545). O autor tematiza a questão da pobreza e da precariedade como ameaças à experiência religiosa, pois representam a “negação das condições materiais básicas à sobrevivência”, sem essa materialidade da vida, que é condição para o existir, não há possibilidade de qualquer experiência, inclusive a religiosa (Ibid. p. 538). Indiscutivelmente esse é um problema religioso, e o foi para o povo abraâmico, para Jesus Cristo, e singularmente para nós hoje. Aquino Júnior sintetiza e dá o significado desse lugar paradigmático para o DIR, “a condição primária da experiência religiosa e do diálogo inter-religioso – a materialidade da vida – é seu problema e seu desafio primários [...] Eles (os pobres) são nossos juízes, e das nossas teologias!” (Ibid. p. 554).

CONCLUSÃO

Para não falar de considerações como finais, pois os termos a que chegam essa pesquisa apresentam-se mais como caminhos abertos, que como resultados. Que seria o melhor

esperado em qualquer pesquisa pertinente, conforme Alves (2019) orienta sobre a método teológico e a produção científica. Realmente o DIR, é um tema recente na reflexão teológica católica, ganha força com os primeiros esforços durante o CV II, e com as movimentações eclesiais posteriores. Porém, mais que entrar na discussão acerca dos temas mais recentes, fizemos um recorte bibliográfico que foi mais que suficiente para compreender o caminho do DIR até o momento eclesial atual. Evidentemente, uma tarefa que urge, é aprofundar no que tem sido produzido desde o início do magistério do Papa Francisco, que de fato, está sendo um grande mobilizador para reflexão sobre o diálogo em nossos tempos.

Nesta pesquisa, tentamos sistematizar o que os artigos da REB nos ofereceram enquanto conteúdo sobre o DIR nos últimos anos. Percebemos dentre muita bibliografia, uma produção rica e de qualidade sobre a nossa temática, com abordagens diversas e consonantes, aqui trazemos aquilo que os textos foram convergindo em linhas gerais. Os resultados, em termos conclusivos, apresentamos salientando os desafios, dificuldades e possibilidades para o DIR hoje. No tema da Salvação, abre-se uma compreensão mais abrangedora que motiva as religiões a se encontrarem, a primeira, fundamento para uma teologia das religiões, é que a graça opera em tudo, e Deus, com seu Espírito trabalha desde o sentido religioso que é inerente a todo ser humano.

A tematização dessa revelação de Deus no mundo, não é propriedade de nenhuma religião, cada uma delas a seu modo (identidade) procura teologicamente compreender o desvelamento do mistério divino na realidade, e nesse processo encontra-se necessariamente com outros (alteridade). Nesse sentido a missão da Igreja tem como elemento primordial o diálogo, e a teologia atenta aos sinais dos tempos procurará crescer nesta direção. Na prática do DIR, muitas vezes a missão será necessariamente embebida de uma mística do silêncio, reverência e humildade, pois é Deus quem fala. Uma presença que deverá ter presente uma atenção amorosa e igualmente engajada.

O lugar fundamental do DIR, especialmente na realidade da América Latina, é os pobres, pois são eles os preferencialmente escolhidos por Jesus Cristo, autor do diálogo, como paradigma do Reino. A missão do diálogo fundada nesse lugar de revelação, terá como tarefa a ruptura com tudo aquilo que impede a libertação integral do ser humano, isso deve trazer também à baila, o compromisso de uma teologia descolonizada, ou seja, uma teologia definitivamente fundamentada na revelação do Deus de Jesus e não nas ideologias opressoras.

Dessa perspectiva, surgem desafios para a teologia e prática do DIR, oriundos da própria realidade, o fundamentalismo religioso, a ecologia, diálogo com a pluralidade cultural, social e religiosa, e metodologicamente uma abertura sempre mais profunda à transdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA de Jerusalém. Nov.ed.rev. São Paulo: Paulus, 2002.

- ALVES, C. A. *Método teológico e ciência: a teologia entre as disciplinas acadêmicas*. São Paulo: Loyola, 2019.
- ARAGÃO, G. S; BINGEMER, M. C. L. Teologia, transdisciplinaridade e física: uma nova lógica para o diálogo inter-religioso. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 66, n. 263, p. 631-649, 2006.
- BARROS, M. Os rostos de Deus e seus diversos caminhos. A coleção Pelos muitos caminhos de Deus. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, - v. 70, n. 279, p. 725-732, 2010.
- DECLARAÇÃO NOSTRA AETATE: sobre a Igreja e as religiões não-cristãs. Roma, 1965. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- EATWOT, Comissão Teológica Internacional da. Religiões, Pluralismo e Paz. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 71, n. 281, 209-2018, dez. 2011.
- FRANCISCO, P. *Evangelii Gaudium*: o anúncio do Evangelho no mundo atual. Roma, 2013. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- JOÃO PAULO II, P. *Redemptoris Missio*: sobre a validade permanente do mandato missionário. Roma, 1990. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- JÚNIOR, F. A. Diálogo inter-religioso a partir dos pobres. Por uma teologia da libertação das religiões. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 63, n. 251, p. 515-554, 2003.
- JÚNIOR, F. A. F. A. Experiências X teologias (macro) ecumênicas. Uma articulação necessária. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 65, n. 257, p. 112-134, 2005.
- MACEDO, M. S. F. A. Georges Anawati e a Declaração Nostra Aetate. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 74, n. 295, p. 685-698, jul. 2014.
- MARTINS, A. H. C. O rosto litúrgico não violento de Edith Stein. *Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 77, n. 308, p. 776-787, out. 2017.
- NASCIMENTO, C. G.; ALBUQUERQUE, Klaus Paz de. A experiência macro-oikoumene em tempos incertos. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 65, n. 258, p. 315-334, 2005.
- PAULO VI, P. *Evangelii Nuntiandi*: sobre a evangelização no mundo contemporâneo. Roma, 1975. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- PESSINI, L. Religiões e Bioética asiáticas a partir da China. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 75, n. 299, p. 658-681, jul. 2015.
- PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *Documento Diálogo e Anúncio*. Roma, 1991. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- RAHNER, K. Fundamentação geral da protologia e da antropologia teológica. FEINER, Johannes. *Mysterium salutis*: compêndio de dogmática histórico-salvífica. Petrópolis: Vozes, 1971.
- RIBAS, L. F. O. Comunhão e missão diante do nomadismo teológico. A reconstrução de uma identidade católica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 66, n. 262, p. 455-462, 2006.
- SANTOS, E. A. A dimensão psíquica do fundamentalismo religioso. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 77, n. 308, p. 837-851, out. 2017.
- SECRETARIADO PARA OS NÃO CRISTÃOS. *Documento A Igreja e as outras religiões: diálogo e missão*. Roma, 1984. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- SOARES, A. M. L. Diálogo na escola de François de L'Espinay catolicismo e tradições africanas. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 67, n. 267, p. 693-608, 2007.

SUESS, P. Interculturalidade, interculturalização, inculturação. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 75, n. 298, p. 450-462, abr. 2015.

SUESS, P. Mutirão do “V Simpósio de Teologia índia”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 74, n. 296, p. 963-973, out. 2014.

SIMÕES, M. C. S. R. O Papa Francisco e a causa indígena - sugestões de aproximação. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 75, n. 297, p. 71-87, jan. 2015.

TEIXEIRA, F. L. C. A viagem de Bento XVI a Terra Santa - a retomada dialogal com o Islã. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 69, n. 276, p. 945-953, 2009.

TEIXEIRA, F. L. C. Sonhos e esperanças de cortesia espiritual. Um desafio para a Igreja Católica no século XXI. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 65, n. 260, p. 817-830, 2005.

VALÉRIO, P. F. A Amizade fraterna - caminho de superação dos limites das religiões e das culturas no livro de Rute. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 74, n. 294, p. 362-392, abr. 2014.

WOLFF, E. O diálogo na Igreja e a Igreja do diálogo no documento de Aparecida. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 68, n. 271, p. 532-569, 2008.

WOLFF, E. Vaticano II e a opção pelo diálogo inter-religioso. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 73, n. 292, p. 886-906, 2013.